

UVA — PREÇO E CUSTO DE PRODUÇÃO*

*Flávio Pompermayer***

A atividade econômica relacionada ao cultivo da uva no RS vem sofrendo mudanças significativas ao longo dos anos. Ligada a pequenos agricultores que inicialmente a cultivavam e a transformavam de forma artesanal, essa atividade mudou de caráter a partir da evolução de um poderoso parque industrial vinícola na região produtora. A mudança tecnológica é de tal monta que se refletiu também nas relações sociais da produção das comunidades envolvidas.

Acreditamos que, através de um estudo de determinadas variáveis de ordem econômica, poderemos, em boa medida, captar a reestruturação técnica e social decorrente dessas mudanças e fornecer subsídios à análise dos conflitos decorrentes da adaptação a essa nova situação.

Propomo-nos a analisar o preço recebido pelos produtores de uva, bem como os seus custos de produção. A análise estrutura-se em três momentos. No primeiro, acompanhamos as variações do preço recebido; no segundo, procuramos identificar as variáveis que dão sustentação a esse preço e; no último, fazemos um estudo mais específico em relação aos custos de produção.

Variações dos preços recebidos

Para analisarmos o preço recebido pelos viticultores, valemo-nos do preço médio recebido na colheita.¹ Optamos pela elaboração da

* Este trabalho é subproduto de uma pesquisa que tem por objetivo a inter-relação do produtor agrícola com a agroindústria e que está sendo desenvolvida em convênio entre a FEE e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRGS, com apoio do CNPq e sob a coordenação geral do Professor José Vicente Tavares dos Santos. O texto que ora se apresenta foi desenvolvido na FEE sob a coordenação da Economista Marinês Zandavali Grando.

** Economista e mestrando do IEPE.

O autor agradece a Marinês Z. Grando e a Simone Silva de Deus, que teceram comentários e críticas valiosas à versão preliminar deste texto. Possíveis imperfeições remanescentes são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Os preços que os agricultores receberam pela uva foram obtidos da publicação **Preços Pagos e Recebidos** da EMATER. Esses dados estão disponíveis com periodicidade a partir de 1972. São preços nominais médios do Rio Grande do Sul levantados pelos próprios extensionistas rurais da instituição.

média aritmética simples dos preços verificados na época da colheita, de fevereiro a março, deixando de observar as variações de preços recebidos ao longo do ano.

A fim de retirarmos da série o efeito da inflação, indexamos os preços nominais de cada ano ao Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) de novembro de 1989, estando, então, os valores citados referidos a valores dessa data.²

Na Tabela 1, encontram-se os preços reais recebidos a partir de 1972. De 1974 a 1979, os preços mantiveram-se em um patamar relativamente estável, em torno de Cr\$ 0,60. Em 1980, verificou-se uma brusca oscilação, e o preço quase triplicou. Os anos posteriores (até 1984) parecem indicar-nos que os preços estavam voltando ao patamar dos anos 70, pois caíram ano a ano. Na safra de 1985, porém, começaram novamente a se recuperar, atingindo, em 1987, o mais alto preço recebido no período observado – Cr\$ 1,95 –, para caírem de forma abrupta a partir daí. Atualmente, estão bem próximos do nível dos anos 70 (1974 a 1978).

O que inferimos em uma primeira observação é que não existe uma tendência bem definida de crescimento ou diminuição dos preços recebidos pela uva, mas movimentos oscilatórios de recuperação e de depressão, principalmente após 1979.

O preço recebido, apenas em 1987, ficou acima dos custos de produção. Surge, de imediato o questionamento do porque da insistência com a uva, uma vez que esta não cobre seus custos de produção. Esse aparente paradoxo tem duas explicações.

A primeira é a de os custos referidos serem estimados pelos produtores. É um custo que será utilizado na negociação do preço mínimo de garantia. Assim sendo, podemos esperar que esteja superavaliado para garantir um melhor preço mínimo – em análise posterior, trataremos mais detalhadamente desses custos.

A outra refere-se à peculiar característica da pequena produção agrícola. É possível aos pequenos produtores (normalmente com as menores produtividades) permanecerem na atividade pelo fato de eles mesmos produzirem grande parcela de sua cesta básica de subsistência. Fato

² Para os demais preços apresentados, foi utilizada a mesma metodologia, encontrando-se, pois, referidos a valores correntes de novembro de 1989.

que permite uma redução da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Assim, podem suportar custos de produção — que incluem seus salários — superiores ao preço recebido.

Com relação aos preços recebidos, coloca-se a pergunta: quais os fatores que determinam os preços e porque eles oscilam? É desse questionamento que trataremos a seguir.

Duas ordens de fatores exercem influência sobre os preços recebidos: uma estrutural, representada pela evolução dos preços mínimos ao longo do tempo, fruto da política agrícola para o produto, e outra conjuntural, relativa à situação do mercado — a oferta e a demanda sobre o produto em questão (Tabela 2).

A variável de política agrícola é representada pelos preços mínimos fixados anualmente pelo Governo Federal (é pressuposto básico que o preço mínimo deve garantir pelo menos os custos variáveis incorridos pelos produtores, para que estes possam se manter no mercado). É em torno desse preço mínimo que os preços recebidos pelos agricultores se situam, mais próximos ou mais distantes, conforme a influência das variáveis conjunturais.

Fatores conjunturais são considerados aqueles que influenciam a demanda e a oferta de uva. Pelo lado da demanda, exercida pela agroindústria vinificadora, tentamos avaliar a situação do mercado de vinhos, utilizando como variável os estoques de vinho no início de cada ano. Como as empresas trabalham com estoques de vinho considerados normais para satisfazerem a demanda — em torno de 180 milhões de litros (Agroan., 1987) —, na medida em que estes se situem abaixo ou acima do nível normal, a demanda por uva deve aumentar ou diminuir para equilibrar esses estoques.

Pelo lado da oferta de uva, ativemo-nos à quantidade produzida. A hipótese é a de que, nas safras "cheias", a oferta abundante faz com que o preço recebido pelo agricultor seja menor. Quando há quebra nas safras, as empresas passam a competir pela matéria-prima, que se torna escassa, elevando, assim, o preço. Ressaltamos que os conflitos são maiores em momentos de oferta abundante, o que é reflexo da estrutura oligopsônica desse mercado — um menor número de compradores em relação ao número de vendedores. Essa característica leva as empresas a exercerem maior influência sobre o preço do que os agricultores. Também o fato de a uva ser um produto perecível enfraquece o poder de negociação dos agricultores, pois estes têm que comercializar rapidamente seu produto para não ficarem na iminência de perdê-lo totalmente.

De acordo com nossos dados, inclusos na tabela de área, produção e rendimento médio da uva (Tabela 3), as supersafras caracterizam-se quando a produção suplanta significativamente a média histórica para o período 1978-88 — 410.000 toneladas —, o que ocorreu em 1979, 1981, 1982, 1985 e 1988, como ilustra o Gráfico 1 (a propósito, cabe observarmos a coincidência da existência de uma supersafra aproximadamente a cada três anos).

Ao compararmos o desempenho da safra (Gráfico 1) com o preço recebido e o preço mínimo (Gráfico 2), observamos que, nas quebras de safra, os preços recebidos se apresentam mais próximos ou acima dos preços mínimos; vejam-se os anos de 1980, 1986 e 1987. Foi nos anos de 1980 e 1987 que os produtores receberam os melhores preços pela uva (Cr\$ 1,59 e Cr\$ 1,95 respectivamente). Em 1987, os estoques estavam muito baixos devido ao atípico ano de 1986,³ ocorrendo uma combinação de demanda aquecida por vinho e baixa oferta de uva, que determinou o "pico" dos preços recebidos. Quando as safras foram "cheias", os preços recebidos ficaram sempre abaixo do mínimo.

Aqui, contudo, cabe chamarmos atenção para a única exceção observada. No ano de 1983, houve uma quebra de safra, aproximadamente 60.000 toneladas a menos que a média do período, e, mesmo assim, os preços recebidos ficaram abaixo do mínimo. Isso pode ser explicado pela existência de altos estoques de vinho por parte das indústrias no início do ano em questão, fator que atenuou os efeitos da má safra. Como podemos perceber na Tabela 2, o ano de 1983 é o segundo ano de maior estoque de vinho por parte das indústrias (266.771.000ℓ), só superado por 1989. Feitas essas observações, trataremos de estudar mais detalhadamente os preços mínimos.

Variáveis de sustentação do preço recebido

Colocando-se lado a lado os preços recebidos e o preço mínimo de garantia (Gráfico 2), percebemos que, a partir de 1980, eles não só estavam muito próximos como sofreram oscilações no mesmo sentido. A sincronia entre essas duas variáveis a partir de 1980 pode ser explicada se levarmos em conta que só dois anos antes a uva entrou no rol dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos. A

³ Esse ano pode ser considerado atípico, pois o consumo de vinho foi bastante elevado, devido ao congelamento geral de preços no momento em que o preço do mesmo estava defasado.

partir de 1978, o Governo, via Companhia de Financiamento da Produção (CFP), passou a garantir a comercialização da uva pelo preço mínimo, concedendo às indústrias e às cooperativas de produtores financiamento para a aquisição da safra através de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Isso nos leva a concluir que os preços mínimos realmente passaram a funcionar como balizadores dos preços pagos à uva, na medida em que são fixados antecipadamente à comercialização da mesma.

Outro fato significativo em relação à introdução da uva na pauta dos preços mínimos refere-se à necessidade sentida pelos agricultores, devido a nova situação, de terem um estudo aprofundado do cálculo do custo de produção da uva, com o intuito de se fortalecerem nas negociações por ocasião da fixação do preço mínimo. Conseqüentemente, a partir de 1979, passaram a calcular os seus custos através dos sindicatos. Creditamos, então, também à organização dos produtores rurais a elevação do patamar dos preços recebidos no início da década, na medida em que organizados passaram a ter maior noção de seus custos e se muniram de um importante instrumento para basearem suas reivindicações.

Contudo o ganho maior decorrente da mobilização dos produtores de uva só veio a ser conseguido a partir de 1987, quando os preços mínimos passaram a ser corrigidos desde a data de fixação (agosto a novembro) até a do pagamento integral da safra adquirida pelas indústrias e cooperativas (Lei nº 7.628, de 13.11.87).

Chamamos atenção que essa política de preços mínimos beneficia também, e de forma importante, as agroindústrias, na medida em que os preços mínimos servem de base para a realização de EGF tomados pela agroindústria. É através desse instrumento de crédito que as cooperativas e indústrias obtêm capital de giro para armazenarem a produção de vinhos e derivados para posterior comercialização. Uma vez que os EGF são solicitados, fica penhorada, nas próprias indústrias, a produção de vinho correspondente ao valor pago pela matéria-prima adquirida dos agricultores com o uso dos EGF. É permitida a opção de transferência do produto penhorado para o Governo, visando à quitação do financiamento, se a agroindústria beneficiária do empréstimo não saldar a dívida. A participação do Governo fica evidenciada se analisarmos a importância dos EGF na produção de vinhos. Reportando-nos à Tabela 4, observamos que o Governo financiou, no período 1978-84, aproximadamente 60% do capital de giro necessário às empresas para a compra da uva.

Custos de produção

Os custos de produção que ora analisamos foram publicados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais das regiões vitícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Infelizmente, não foi possível uma comparação desses custos com os da CFP e com os da União Brasileira de Viticultura (UVIBRA), devido ao fato de apenas os trabalhadores rurais apresentarem regularmente os dados e a metodologia das estimativas dos custos.⁴

Os custos analisados referem-se aos gastos incorridos para a produção de uva comum em um hectare de vinhedos. O levantamento dos custos de produção efetuado pelo sindicato desdobra-se em duas etapas. A primeira, de estimação dos coeficientes técnicos, é feita diretamente junto aos agricultores, mediante questionários; a segunda etapa de levantamento de preços é feita pelos sindicatos participantes junto aos estabelecimentos comerciais em que os agricultores compram os insumos.

Os coeficientes técnicos são levantados por amostragem de agricultores na região de abrangência da pesquisa. O tamanho da amostra e a sua distribuição entre os municípios não seguem critério estatístico definido. Os dados dos agricultores pesquisados em cada município são ponderados pela importância relativa do município em função da área cultivada com parreiras.

Quanto ao levantamento de preços dos insumos, máquinas e equipamentos, a coleta dá-se na sede de cada município componente da pes-

⁴ O ideal seria que conhecêssemos para o período em estudo também o custo calculado pela CFP, mas infelizmente só obtivemos esse dado para os anos de 1987, 1988 e 1989. Abaixo comparamos esses dados com os preços mínimos fixados e com os custos dos produtores rurais.

ANOS	CUSTO		PREÇO MÍNIMO (C)	A-B	C-A	C-B
	CFP (A)	Sindicato (B)				
1987	1,19	1,65	1,45	-0,46	0,26	-0,20
1988	1,23	1,47	1,39	-0,24	0,16	-0,08
1989	1,19	1,26	0,94	-0,07	-0,25	-0,32
Média	1,20	1,46	1,26	-0,26	0,06	-0,20

Como podemos perceber, o custo calculado pela CFP, para esse período, é sempre inferior ao do sindicato.

quisa, feita junto às casas comerciais e/ou cooperativas (dois ou três estabelecimentos por município). Com base nas informações obtidas, é determinado um preço médio ponderado para cada item, por município e para a região, sendo este preço corrigido até à época do levantamento global dos custos.

Apresentamos esses custos discriminados em valores reais (Tabela 5 e Gráfico 3) e a participação percentual sobre o total dos custos (Tabela 6).

Tendo como base a tabela de custo de produção, podemos destacar que foi em 1981 que se teve o custo por quilograma mais alto. A partir dessa data, os custos caíram ano a ano até 1985, quando ocorreu o menor custo de produção; já em 1986 e 1987 subiram, para voltarem a cair.

Efetuando-se uma análise mais apurada, percebemos que o item de maior relevância dentro dos custos são os variáveis. Os custos fixos permaneceram relativamente constantes ao longo do período, sendo os custos variáveis os que acabaram por "moldar" a curva dos custos totais. Em relação aos custos variáveis, podemos concluir que os fatores responsáveis por sua alteração foram, em primeiro lugar, a mão-de-obra, em segundo, os insumos e, em terceiro lugar — porém correlacionado negativamente —, as máquinas e os equipamentos. Todavia, se levarmos em consideração a baixa participação percentual das máquinas e equipamentos (manutenção, combustíveis e lubrificantes) nos custos variáveis, podemos creditar à mão-de-obra e aos insumos a maior responsabilidade pela mudança dos custos.

A extrema importância da mão-de-obra na formação dos custos leva-nos a fazer uma análise mais detalhada desse fator. A questão que surge de imediato é saber se os movimentos do item mão-de-obra (com uma tendência declinante de remuneração) são causados, em sua essência, por uma diminuição da mão-de-obra utilizada ou por uma variação no valor da mesma. Tentando esclarecer esse ponto, organizamos a tabela de dias trabalhados por hectare de uva comum (Tabela 7). Mas, antes de analisarmos essa tabela, é necessário que façamos algumas considerações a respeito de sua elaboração. Foram encontradas duas classificações quanto ao tratamento do grau de especialização da mão-de-obra nas planilhas de custos examinadas. Esse procedimento é decorrente da mudança metodológica dos próprios agricultores quanto à forma de classificar a mão-de-obra. De 1981 até 1984, consideravam como trabalho especializado, aquele feito exclusivamente pelos membros da família, e trabalho não especializado, o dos diaristas e trabalhadores permanentes não familiares. Em 1985, adotaram outro critério: passaram a caracterizar o nível de especialização de acordo com as ativi-

dades empreendidas. Para isso, listam as atividades consideradas especializadas e não especializadas, calculando o número de dias gastos em cada uma. Na Tabela 7, os valores relativos à mão-de-obra especializada e à não especializada para o período 1981-84 foram por nós calculados para obtenção de uma série histórica homogênea, tendo como base as atividades catalogadas pelos agricultores segundo o grau de especialização. O item variação percentual refere-se à variação registrada de 1981 a 1989. Também dividimos a remuneração pelo total de dias/homens, para termos uma aproximação do valor médio de remuneração diária. Passemos à análise da tabela com o intuito de respondermos às questões há pouco levantadas.

O movimento declinante do item mão-de-obra dentro da estrutura de custos é causado tanto pela diminuição do número total de dias trabalhados quanto pela redução da remuneração paga. Porém, no período 1981-89, enquanto o número total de dias trabalhados caiu 25,76%, a remuneração total retraiu-se 74,27%. De fato, como se pode observar, a remuneração média diária da mão-de-obra diminuiu 65,34%. Como o número de dias da mão-de-obra especializada e da não especializada caiu em magnitudes semelhantes (28,36% e 24,44%), a queda da remuneração média diária não pode ser justificada por uma reestruturação entre as duas que levasse a uma diminuição do custo total da mão-de-obra. Sendo assim, verificamos uma diminuição real do valor da mão-de-obra, na medida em que não houve, como já frisamos, modificações expressivas na relação de uso da mão-de-obra qualificada. Duas questões ficam em aberto. A primeira, que pretendemos explanar pelo menos em parte, refere-se à questão da classificação da mão-de-obra. Em 1985, houve uma mudança de critérios, e nessa mudança ocorreu, praticamente, uma inversão da importância dada à mão-de-obra. Nesse ano, verificamos que, pelo primeiro método, a grande maioria do trabalho realizado era considerado especializado (81,63%), já pelo segundo método, a maior parte do trabalho era tratado como não especializado (66,96%). Perguntamo-nos que fatores levaram os agricultores a deixar de considerar toda a mão-de-obra familiar como especializada, fato que nos parece um recuo político quanto à valorização do próprio trabalho pretendida pelo agricultor.

Ao analisarmos os relatórios das reuniões entre agricultores e técnicos da CFP sobre a discussão dos custos de produção da uva, constatamos que dois dos itens em torno dos quais há maior discordância entre as partes referem-se à produtividade por hectare de uva e à utilização de mão-de-obra especializada. O ponto de maior discordância relaciona-se à utilização da mão-de-obra especializada, o que nos parece justificar a mudança da metodologia referente à sua classifica-

ção. Apesar de não ser explicitado, supomos, porém, que a mudança de critério está muito associada à pressão feita por parte dos técnicos da CFP.

Outra questão de maior importância refere-se à modificação da remuneração média diária dos trabalhadores nessa atividade agrícola. Quais os motivos que fizeram essa remuneração cair até 1985, recuperar-se em 1986 e 1987 e voltar a cair em 1988 e 1989? Entendemos que essa resposta deve ser buscada muito mais em fatores políticos e sociais, como a organização e a luta dos trabalhadores, ou em fatores econômicos mais globais que não estão refletidos no estudo dos custos.

Cabe também destacarmos algo que achamos interessante: ao analisarmos o custo variável em seus diversos itens componentes, observamos uma relação direta entre custos variáveis, mão-de-obra e insumos e uma relação inversa com máquinas e equipamentos. Ou seja, à medida que os custos variáveis caem, caem também a remuneração da mão-de-obra e o nível de utilização de insumos, porém o valor do item máquinas e equipamentos aumenta. Isso poderia estar indicando um aumento do uso de maquinaria em detrimento da mão-de-obra, tendo como objetivo a redução dos custos variáveis. O teste dessa hipótese fica como sugestão de estudo.

Destacamos também o item insumos, que, de acordo com a Tabela 6, como um todo não sofreu grandes modificações, ou seja, de 18,27% do custo total em 1980 passou para 20,59% em 1989. Porém a análise dos dados em separado torna-se interessante. Os fertilizantes, que em 1980 representavam 4,28%, passaram a representar 2,69% em 1989, queda que poderia significar uma diminuição na correção e/ou adubação do solo. Para uma averiguação mais detalhada e para não incorrerem no erro de associarmos essa diminuição com a variação de preços relativos (diminuição do preço dos fertilizantes e corretivos do solo), buscamos os coeficientes técnicos apresentados nas planilhas dos custos de produção dos sindicatos dos trabalhadores rurais das regiões vitícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Diminuíram na intensidade de uso o adubo químico, o sulfato de amônia, o calcário e o esterco de galinha, e aumentaram de uso a uréia, o fósforo e o cloreto de potássio. Se levarmos em conta apenas o uso quantitativo desses insumos, concluiremos que houve uma diminuição de seu uso como um todo, o que estaria de acordo com a diminuição da participação desse item nos custos; porém a análise qualitativa mais apurada do uso desses insumos foge à nossa competência técnica. Esse fato poderia estar a indicar um empobrecimento do solo, na medida em que as correções e adubações do solo estão diminuindo.

O outro item importante dos insumos é o referente aos tratos fitossanitários, que passaram de 8,82% do total dos custos em 1980 para 15,28% em 1989. Isso poderia estar refletindo um aumento do uso de defensivos agrícolas, o que explicaria, em parte, a diminuição do uso da mão-de-obra através do aumento do uso de produtos químicos. Não nos foi possível testar essa hipótese pela observação das tabelas apresentadas pelos sindicatos. A análise ficou prejudicada pela não-especificação das unidades de medida empregadas, bem como pela mudança de muitos dos produtos utilizados. Deixamos também como sugestão o teste dessa hipótese em uma posterior pesquisa de campo.

Considerações finais

Como vimos, existem dois comportamentos distintos nos preços recebidos pela uva. Na década de 70, os preços permaneceram estáveis e num patamar que, a preços de novembro de 1989, estaria em torno de Cr\$ 0,60 por quilograma (uva comum). Já na década seguinte, a situação é bastante diferente, os preços elevaram-se e sofreram fortes oscilações, quando são intercalados momentos de altos e baixos preços, sem uma tendência mais forte que nos permita concluir em que direção se encaminham essas oscilações, ou seja, se para uma volta dos preços vigentes na década passada ou para um aumento definitivo dos preços nos anos 80.

Creditamos a dois fatores que julgamos primordiais as modificações sofridas no comportamento dos preços. O primeiro é a influência do Governo, que passou a regulamentar esse mercado através da inclusão da uva na pauta dos produtos garantidos pela política de preços mínimos. O segundo é a maior organização dos agricultores, que, através de sua união, conseguiram exercer uma maior pressão e estabelecer um critério objetivo para basearem as suas reivindicações: o estudo dos custos de produção da uva.

Observamos, também, em boa medida, como é estabelecido o preço da uva. Este tem como determinantes fatores de ordem conjuntural — estoques de vinho em poder das cantinas e desempenho das safras — e, principalmente, um fator estrutural que serve como referencial do preço a ser seguido: o preço mínimo de comercialização determinado pelo Governo. Em suma, o preço praticado no mercado tem como base o preço mínimo, mas sofre também a influência da oferta (safras) e da demanda (estoques de vinhos). Como consequência, o preço de mercado sempre tem girado em torno do referencial fixado anteriormente à co-

mercialização da uva. Ao analisarmos os fatores que influenciam a fixação desse referencial (preço mínimo), constatamos que o fator primordial são os custos de produção. Concomitantemente, destacamos que os custos variáveis apresentam uma tendência de queda, sendo a mão-de-obra o item que mais contribui para isso. De fato, ao longo dos anos 80, ocorreu uma queda nos custos da mão-de-obra, causada não tanto pela diminuição das horas trabalhadas, mas principalmente pela diminuição do valor da remuneração média diária dos trabalhadores rurais.

Finalmente, faremos algumas considerações que entendemos relevantes.

Podemos dividir em duas "instâncias" a fixação do preço mínimo da uva. Na primeira, local, é discutida entre os sindicatos de agricultores e a CFP uma proposta de preço mínimo a ser encaminhada para Brasília; na segunda, em Brasília, o Ministro da Agricultura, no Conselho Nacional de Vinicultura (CONAVIN), fixa o preço mínimo de comercialização. Essa estrutura apresentada para a fixação do preço mínimo é bastante interessante, pois, levando em consideração o que foi mostrado ao longo do trabalho, é lícito supor que o momento de maior pressão (ou conflito) é o da fixação do preço mínimo, pois é este que irá balizar o preço futuro no mercado da uva. Pois bem, do modo como se apresenta essa estrutura, a indústria exime-se de um confronto direto com os agricultores, ficando este muito mais entre agricultores e técnicos da CFP e entre agricultores e Governo Federal (representado pela Secretaria da Agricultura) do que entre agricultores e a agroindústria. Enquanto os agricultores exercem pressão no que denominamos de primeira instância, ou indiretamente no Estado (através de políticos), a indústria exerce sua influência diretamente, em segunda instância, no momento da fixação do preço, por meio de seus representantes no CONAVIN. Ressaltamos também que não há necessariamente conflitos de interesses devido a forma em que está estruturado o sistema de garantia de preços mínimos para a uva, fundamentalmente calcado no uso de EGF. Basta apenas que o Governo assuma, no lugar da indústria, o ônus de um preço vantajoso para os produtores de uva. Isso ocorre através da concessão dos empréstimos para a aquisição da uva com prazos e juros atrativos, o que, em uma economia inflacionária como a nossa, vem a ser um subsídio indireto para a atividade vinícola como um todo, tanto para a indústria como para os agricultores. Dessa forma, a sociedade perde duplamente, pelo aumento não justificado do preço do vinho e também pelo desvio de verbas federais para atenuar conflitos de interesses bastante particulares.

Nos anos 90, é possível que os conflitos entre a indústria e os agricultores aumentem, ou melhor, que assumam uma forma direta. Indi-

camos dois motivos que nos levam a pensar assim. O primeiro são os ventos liberalizantes que sopram na economia mundial e que se refletem na órbita nacional através do discurso do Governo. É possível que o Governo se abstenha da função de mediador do conflito ao fixar o preço mínimo da uva, o que levará, necessariamente, à negociação direta entre indústria e agricultores. O segundo fator de pressão é a ameaça que representa a integração latino-americana para o setor vinícola nacional. A abertura dos mercados certamente levará a nossa indústria de vinhos a tornar-se mais competitiva para poder sobreviver nesse mercado. A busca da maior competitividade terá dois canais: a melhoria do vinho produzido e a redução de seus custos. A uva como insumo primordial deverá receber especial atenção, tanto na melhoria do seu cultivo como na redução de seu custo de produção. Se a estratégia adotada de aumento de eficiência via redução de custos se direcionar primordialmente para a diminuição da remuneração da mão-de-obra ocupada nessa atividade, poderemos antever conflitos tanto dentro das próprias indústrias como com os agricultores.

Tabela 1

Valor real dos preços recebidos, dos preços mínimos, e dos custos de produção no Rio Grande do Sul — 1969-89

ANOS	PREÇOS RECEBIDOS (média de fev. e mar.)	PREÇOS MÍNIMOS	CUSTOS DE PRODUÇÃO
1969	...	1,08	-
1970	...	1,05	-
1971	...	0,88	-
1972	0,99	0,64	-
1973	1,13	0,93	-
1974	0,64	1,25	-
1975	0,63	0,88	-
1976	0,67	0,97	-
1977	0,60	1,17	-
1978	0,61	1,20	-
1979	0,58	1,14	-
1980	1,59	1,42	1,63
1981	1,50	1,61	2,54
1982	1,33	1,40	2,02
1983	0,94	1,11	1,84
1984	0,77	0,99	1,54
1985	0,84	0,86	1,18
1986	1,03	1,04	1,29
1987	1,95	1,45	1,65
1988	0,95	1,39	1,47
1989	0,65	0,94	1,26

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMATER.

CFP.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

NOTA: Valores de nov./89.

Tabela 2

Indicadores da atividade vinícola no Rio Grande do Sul— 1969-89

ANOS	QUANTIDADE PRODUZIDA		ESTOQUES DO INÍCIO DO ANO (ℓ)
	Uva (t)	Vinho (1 000ℓ) (1)	
1969	293 959
1970	403 188	2,6	...
1971	352 283	1,9	...
1972	377 464	1,8	...
1973	343 969	1,6	...
1974	342 000	2,7	...
1975	360 000	2,7	...
1976	402 000	2,0	...
1977	442 000	2,6	...
1978	451 300	2,8	157 413
1979	462 600	2,9	156 812
1980	220 761	2,0	166 546
1981	415 585	2,9	151 146
1982	429 944	3,3	211 403
1983	347 495	1,9	266 771
1984	390 245	2,4	178 151
1985	502 326	3,7	161 081
1986	395 125	2,3	253 062
1987	351 380	2,2	164 209
1988	541 766	3,5	182 352
1989	355 486

FONTE DOS DADOS BRUTOS: UVIBRA.

(1) Em notação científica elevados à oitava potência.

Tabela 3

Área, produção e rendimento médio da uva e seus índices de crescimento no Rio Grande do Sul — 1978-88

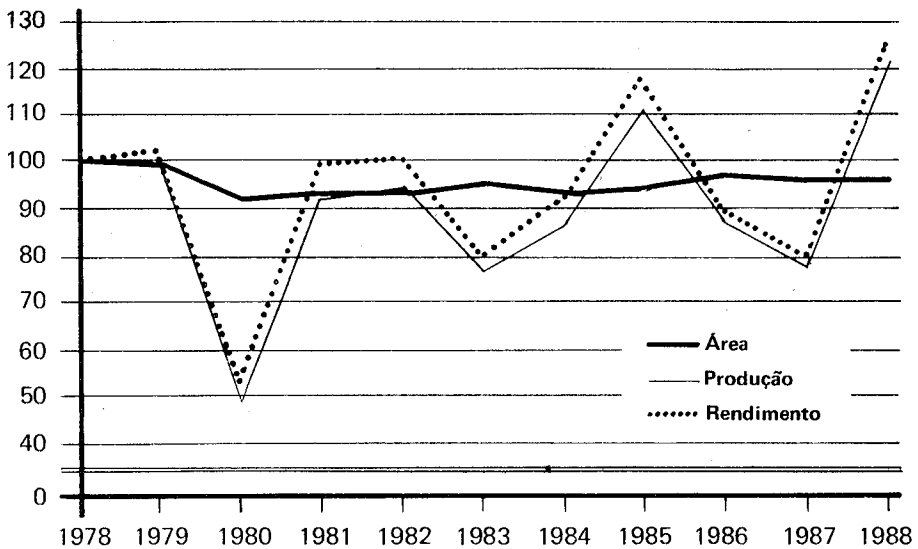
ANOS	ÁREA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO	
	Hectares	Índice	Toneladas	Índice	t/ha	Índice
1978	41 300	100,00	451 300	100,00	10,93	100,00
1979	41 250	99,88	462 600	100,00	11,21	102,63
1980	38 264	92,65	220 761	48,92	5,77	52,80
1981	38 479	93,17	415 585	92,09	10,80	98,84
1982	38 702	93,71	429 944	95,27	11,11	101,66
1983	39 646	96,00	347 495	77,00	8,76	80,21
1984	38 631	93,54	390 245	86,47	10,10	92,45
1985	39 207	94,93	502 326	111,31	12,81	117,25
1986	40 213	97,37	395 125	87,55	9,83	89,92
1987	39 852	96,49	351 380	77,86	8,82	80,69
1988	39 839	96,46	541 766	120,05	13,60	124,45

FONTA DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os índices têm como base 1988=100.

GRÁFICO 1

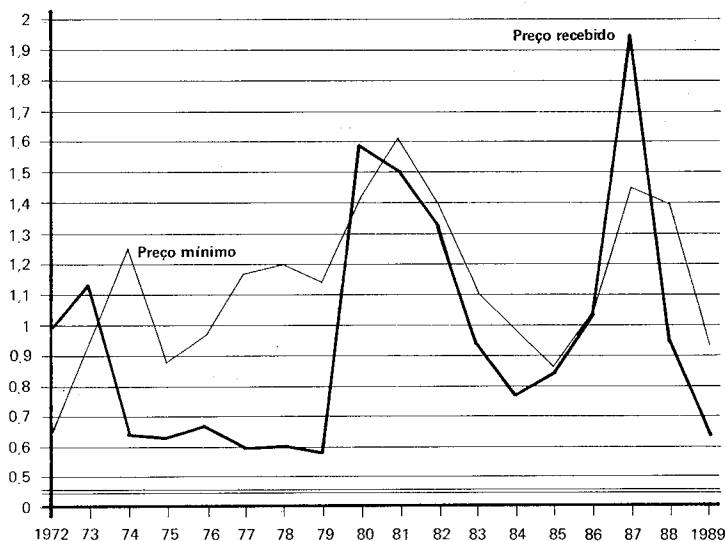
ÍNDICES DA ÁREA DA PRODUÇÃO E DO RENDIMENTO DA UVA NO RIO GRANDE DO SUL — 1978-88



FONTA: Tabela 3.

NOTA: Os dados têm como base 1978=100.

GRÁFICO 2

PREÇOS MÍNIMO E RECEBIDO PELA UVA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1972-89

FONTE: Tabela 1.

NOTA: Valores em Cr\$ de nov./89.

Tabela 4

Produção e volume de EGF contratados para
a uva no Brasil — 1978-84

ANOS	PRODUÇÃO (t) (A)	EGF (t) (B)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (B/A)
1978	277 714	105 335	37,9
1979	291 816	160 792	55,1
1980	199 602	139 141	69,7
1981	288 008	197 007	68,6
1982	329 715	204 633	62,1
1983	188 192	134 133	71,3
1984	266 272	166 292	62,5

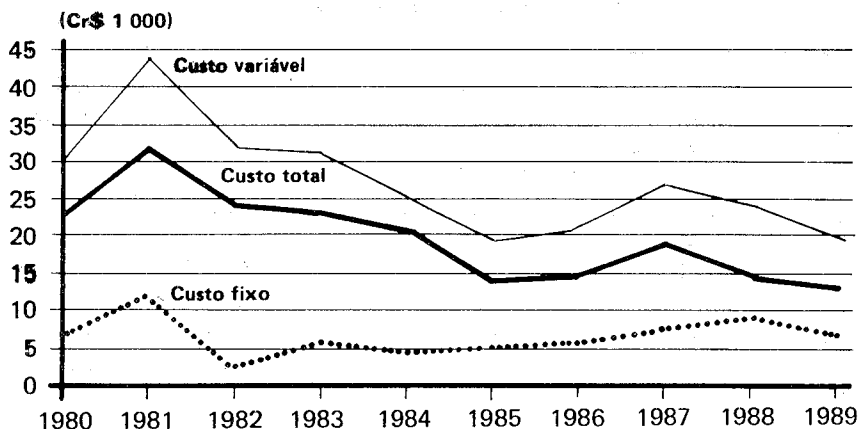
FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELATÓRIO ANUAL CFP — 1984. Brasília.

Tabela 5

Estimativa dos custos de produção da uva comum, segundo os produtores rurais,
no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina — 1980-89

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Custo variável (Cr\$/ha de nov./89)					
Máquinas e equipamentos	559,8610	-	-	-	-
Manutenção	-	707,4982	280,9165	266,1626	175,9290
Combustíveis e lubrificantes	14 489,57	509,3903	394,3269	334,6083	328,5172
Mão-de-obra	200,4391	21 982,02	13 549,72	12 816,43	10 785,75
Animais de trabalho	200,4391	147,8593	125,3513	125,7822	124,5050
Insumos					
Fertilizantes e corretivos	1 269,447	1 264,414	1 505,565	1 090,908	931,9959
Tratos fitossanitários	2 616,978	3 184,702	4 120,769	3 062,798	3 026,692
Insumos diversos	1 534,687	1 580,351	1 141,021	926,9785	739,5537
Transporte externo	1 611,160	1 477,192	1 635,143	2 115,896	1 744,399
Custos financeiros	497,0728	843,4482	1 355,575	2 511,054	2 925,281
Total dos custos variáveis	22 779,22	31 696,87	24 098,39	23 250,62	20 782,62
Custo fixo (Cr\$/ha de nov./89)					
Depreciação					
Depreciação de máquinas e equipamentos	779,2171	1 086,589	1 196,503	1 556,257	944,1066
Depreciação do parreiral	660,8855	1 034,415	608,2329	598,7970	461,6572
Renda da terra	1 207,464	2 714,430	905,9649	1 143,103	675,1077
Juros sobre investimentos em máquinas e equipamentos, construção e animais de trabalho	472,9236	1 257,814	1 556,731	680,7390	365,9768
Juros sobre investimentos de implantação do parreiral	3 770,509	6 091,314	3 556,957	3 531,268	2 489,204
Total dos custos fixos	6 890,999	12 184,57	2 824,389	6 270,704	4 936,053
Custo total por hectare (Cr\$/ha de nov./89)	29 670,22	43 881,45	31 922,78	30 760,78	25 718,67
Produtividade por hectare (kg)	18 194	17 248	15 812	16 705	16 705
Custo por kg	1,630769	2,544147	2,018896	1,841411	1,539579
DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989
Custo variável (Cr\$/ha de nov./89)					
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Manutenção	1 019,875	1 145,446	1 032,125	1 057,004	1 003,159
Combustíveis e lubrificantes	325,5858	326,4095	435,0110	465,3409	420,4491
Mão-de-obra	6 029,024	7 212,661	10 011,80	6 834,463	5 656,954
Animais de trabalho	112,6632	134,1748	174,0924	121,2840	131,2165
Insumos					
Fertilizantes e corretivos	1 016,681	827,1559	807,3944	706,6747	555,0242
Tratos fitossanitários	2 863,052	2 998,374	2 967,575	2 304,102	3 157,267
Insumos diversos	786,3676	791,7889	1 466,769	1 184,159	540,8014
Transporte externo	1 389,737	1 116,662	1 590,451	1 373,435	1 182,028
Custos financeiros	677,1469	727,6334	771,3126	702,3231	573,2436
Total dos custos variáveis	14 220,13	15 280,30	19 256,53	14 748,78	13 220,14
Custo fixo (Cr\$/ha de nov./89)					
Depreciação					
Depreciação de máquinas e equipamentos	1 163,332	1 424,858	1 414,020	1 624,111	1 576,068
Depreciação do parreiral	1 023,030	1 181,842	1 523,561	2 078,940	1 532,650
Renda da terra	1 087,066	1 069,223	1 727,027	1 688,701	1 137,151
Juros sobre investimentos em máquinas e equipamentos, construção e animais de trabalho	654,2715	804,2439	840,3790	918,9014	894,4639
Juros sobre investimentos de implantação do parreiral	1 534,699	1 772,942	2 285,566	3 118,722	2 299,205
Total dos custos fixos	5 462,399	6 253,111	7 790,555	9 429,377	7 439,539
Custo total por hectare (Cr\$/ha de nov./89)	19 682,53	21 533,41	27 047,09	24 178,16	20 659,68
Produtividade por hectare (kg)	16 705	16 705	16 412	16 412	16 412
Custo por kg	1,178242	1,289040	1,648007	1,473200	1,258815

GRÁFICO 3

CUSTO DE PRODUÇÃO DA UVA COMUM, POR HECTARE,
NO RIO GRANDE DO SUL – 1980-89

FONTE: Tabela 5.

NOTA: Valores em Cr\$ de nov./89.

Tabela 6

Composição percentual dos custos de produção da uva comum, segundo os produtores rurais,
no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina — 1980-89

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Custo variável										
Máquinas e equipamentos	1,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção	-	1,61	0,88	0,87	0,58	5,18	5,32	3,82	4,37	4,86
Combustíveis e lubrificantes	-	1,16	1,20	1,09	1,28	1,65	1,52	1,61	1,92	2,04
Mão-de-obra	48,84	50,09	42,45	41,66	41,94	30,63	33,50	37,02	28,27	27,38
Animais de trabalho	0,68	0,34	0,39	0,41	0,48	0,57	0,62	0,64	0,50	0,64
Insumos										
Fertilizantes e corretivos	4,28	2,88	4,72	3,55	3,62	5,17	3,84	2,99	2,92	2,69
Tratos fitossanitários	8,82	7,26	12,91	9,96	11,77	14,55	13,92	10,97	9,53	15,28
Insumos diversos	5,17	3,60	3,57	3,01	2,88	4,00	3,68	5,42	4,90	2,62
Transporte externo	5,43	3,37	5,12	6,88	6,78	7,06	5,19	5,88	5,68	5,72
Custos financeiros	1,68	1,92	4,25	8,16	11,37	3,44	3,38	2,85	2,90	2,77
Total dos custos variáveis	76,77	72,23	75,49	75,59	80,81	72,25	70,96	71,20	61,00	63,99
Custo fixo										
Depreciação										
Depreciação de máquinas e equipamentos	2,63	2,48	3,75	5,06	3,67	5,91	6,62	5,23	6,72	7,63
Depreciação do parreiral	2,23	2,36	1,91	1,95	1,80	5,20	5,49	5,63	8,60	7,42
Renda da terra	4,07	6,19	2,84	3,72	2,62	5,52	4,97	6,39	6,98	5,50
Juros sobre investimentos em máquinas e equipamentos, construção e animais de trabalho	1,59	2,87	4,88	2,21	1,42	3,32	3,73	3,11	3,80	4,33
Juros sobre investimento de implantação do parreiral	12,71	13,88	11,14	11,48	9,68	7,80	8,23	8,45	12,90	11,13
Total dos custos fixos	23,23	27,77	24,51	20,39	19,19	27,75	29,04	28,80	39,00	36,01
Custo total por hectare	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela 5.

Tabela 7

Dias trabalhados por hectare de uva comum, qualificação e remuneração da mão-de-obra vitícola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina — 1981-89

ANOS	TOTAL (dias/homem)	NÃO ESPECIALIZADA (1)			ESPECIALI- ZADA FAMI- LIAR (dias/homem)
		Diarista	Permanente	Subtotal	
1981	203,14	-	-	-	-
1982	172,31	37,20	12,40	49,60	122,60
1983	156,80	17,70	11,10	28,80	128,00
1984	156,80	17,70	11,10	28,80	128,00
1985	156,80	17,70	11,10	28,80	128,00
1986	156,80	-	-	-	-
1987	150,82	-	-	-	-
1988	150,82	-	-	-	-
1989	150,82	-	-	-	-
Δ% 1981-89	-25,76	-	-	-	-

ANOS	ESPECIALIZADA (dias/homem)	NÃO ESPECIALIZADA (2) (dias/homem)	REMUNERAÇÃO (2) (Cr\$ de nov./89)	REMUNERAÇÃO MÉDIA (Cr\$ de nov./89)
1981	68,68	134,46	21 982,02	108,21
1982	61,82	110,49	13 549,73	78,64
1983	51,80	105,00	12 816,43	81,74
1984	51,80	105,00	10 785,75	68,79
1985	51,80	105,00	6 029,02	38,45
1986	51,80	105,00	7 212,66	46,00
1987	49,20	101,60	10 011,81	66,38
1988	49,20	101,60	6 834,46	45,32
1989	49,20	101,60	5 656,95	37,51
Δ% 1981-89	-28,36	-24,44	-74,27	-65,34

FONTE: Sindicatos dos trabalhadores rurais da região vitícola do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

(1) De acordo com a metodologia empregada de 1981 a 1984. (2) De acordo com a metodologia empregada a partir de 1985.

Bibliografia

- AGROANALYSIS (1985). Rio de Janeiro, FGV, v.9, n.1, jan. p.23.
- ___ (1986). Rio de Janeiro, FGV, v.10, n.7, jul. p.17-8.
- ___ (1987). Rio de Janeiro, FGV, v.11, n.2, mar. p.11.
- ___ (1987). Rio de Janeiro, FGV, v.11, n.3, mar. p.11-2.
- ___ (1987). Rio de Janeiro, FGV, v.11, n.8, ago. p.20-2.
- ___ (1988). Rio de Janeiro, FGV, v.12, n.2, fev. p.45-9.
- ___ (1988). Rio de Janeiro, FGV, v.12, n.7, jul. p.5-8.
- ___ (1988). Rio de Janeiro, FGV, v.12, n.11, nov. p.5-6.
- ___ (1989). Rio de Janeiro, FGV, v.13, n.2, fev. p.52-5.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1982/87 (1988). Brasília, CFP. 230p.
- COMISSÃO INTERESTADUAL DOS PRODUTORES DE UVA DOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL. (1985). **Custo de Produção da Uva.** São Marcos. nov. (mimeo).
- ___ (1986). **Custo de Produção da Uva.** (s.n.t.) nov. (mimeo).
- COMISSÃO INTERESTADUAL DOS PRODUTORES DE UVA (1988). **Estimativa dos Custos de Produção de Produção da Uva Comum Safra 1988/1989.** Garibaldi. (mimeo).
- CONTADOR Cláudio Roberto (1978). Formulações teóricas para a garantia agrícola no Brasil. In: LOPES, Mauro Resende, ed. **A política de preços mínimos: estudos técnicos 1949/79.** Brasília, CFP. (evolução, análise e pesquisa) v.11.
- CUSTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1987). Brasília, CFP. 230p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA(1982). **Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, FEE.
- INDICADORES ECONOMICOS (1990). Brasília, Ministério da Fazenda. jan.

INFORMATIVO ESPECIAL (1989). Brasília, CFP. dez.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1988). Rio de Janeiro, IBGE. (xerox).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES 1972/89 (1972/89). Rio de Janeiro, FGV.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (1978/87). Rio de Janeiro, IBGE.

RELATÓRIO ANUAL DA CFP - 1984 (1986). Brasília, CFP.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO VITÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL (1980). **Estudo do custo da produção da uva comum:** safra 80/81. Bento Gonçalves. ago./set. (mimeo).

___ (1981). **Estudo do custo de produção da uva comum:** safra 1981/82. Bento Gonçalves. nov. (mimeo).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO VITÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA (1982). **Estudo do custo da produção da uva comum:** safra 1982/83. Caxias do Sul. nov. (mimeo).

___ (1983). **Estudo do custo de produção da uva comum** safra 1983/84. Garibaldi, nov. (mimeo).

___ (1984). **Estudo do custo da produção da uva comum:** safra 1984/85. Garibaldi, nov. (mimeo).

___ (1987). **Estudo do custo da produção da uva comum:** safra 1987/88. Bento Gonçalves, nov. (mimeo).

SMITH, Gordon W. (1978). In: LOPES, Mauro Resende, ed. **Política de preços mínimos.** Brasília, CFP. (Col. Análise e Pesquisa, 11).

ZERO HORA (2.2.90). Esta safra traz um cacho de prejuízo. Porto Alegre, RBS.

___ (2.2.90). A crise está maturada. Porto Alegre, RBS.